



HAL
open science

O PAE Chico Mendes: um desenvolvimento sustentável entre agroextrativismo familiar e organização coletiva

Bastien Beaufort, Miguel Dhenin, Abias Ferreira de Nascimento

► **To cite this version:**

Bastien Beaufort, Miguel Dhenin, Abias Ferreira de Nascimento. O PAE Chico Mendes: um desenvolvimento sustentável entre agroextrativismo familiar e organização coletiva. François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto. *Amazônias brasileiras, Situações locais e evoluções*, vol. 1 Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, pp.57-76, 2019, 978-85-88998-73-5. <halshs-02354776>

HAL Id: halshs-02354776

<https://shs.hal.science/halshs-02354776v1>

Submitted on 9 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



HAL Authorization

O PAE CHICO MENDES: UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENTRE AGROEXTRATIVISMO FAMILIAR E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

B. Beaufort

M. Dhenin

A. Ferreira de Nascimento

Apresentação do sítio

▪ História recente do PAE Cachoeira e conclusões do projeto DURAMAZ 1

O PAE¹ Chico Mendes está localizado na parte sul do Acre, na fronteira com a Bolívia e o Peru. Ele foi criado no lugar do antigo seringal Cachoeira² e é regulado pela Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, do INCRA. Como o nome indica, destina-se à promoção de formas de exploração que sejam compatíveis com a preservação da cobertura florestal. O PAE cobre uma área de 24 898 hectares e abriga aproximadamente 115 famílias das quais 90 tem direito ao usufruto da terra. As demais não têm cartão de assentamento do INCRA, são os “agregados”. Sua proximidade com a BR-317 (20 quilômetros ao norte) torna sujeito à fortes pressões externas, já que a rodovia permitiu a instalação de grandes fazendas de criação de gado bovino. As cidades de referência do PAE Cachoeira são Xapuri, 30 quilômetros de distância ao Norte, e Epitaciolândia, 50 quilômetros a oeste (ver Figura 1).

¹ Anteriormente chamado Projeto de Assentamento Extrativista.

² Por essa razão, muitos dos habitantes ainda chamam o PAE Chico Mendes “Cachoeira”.

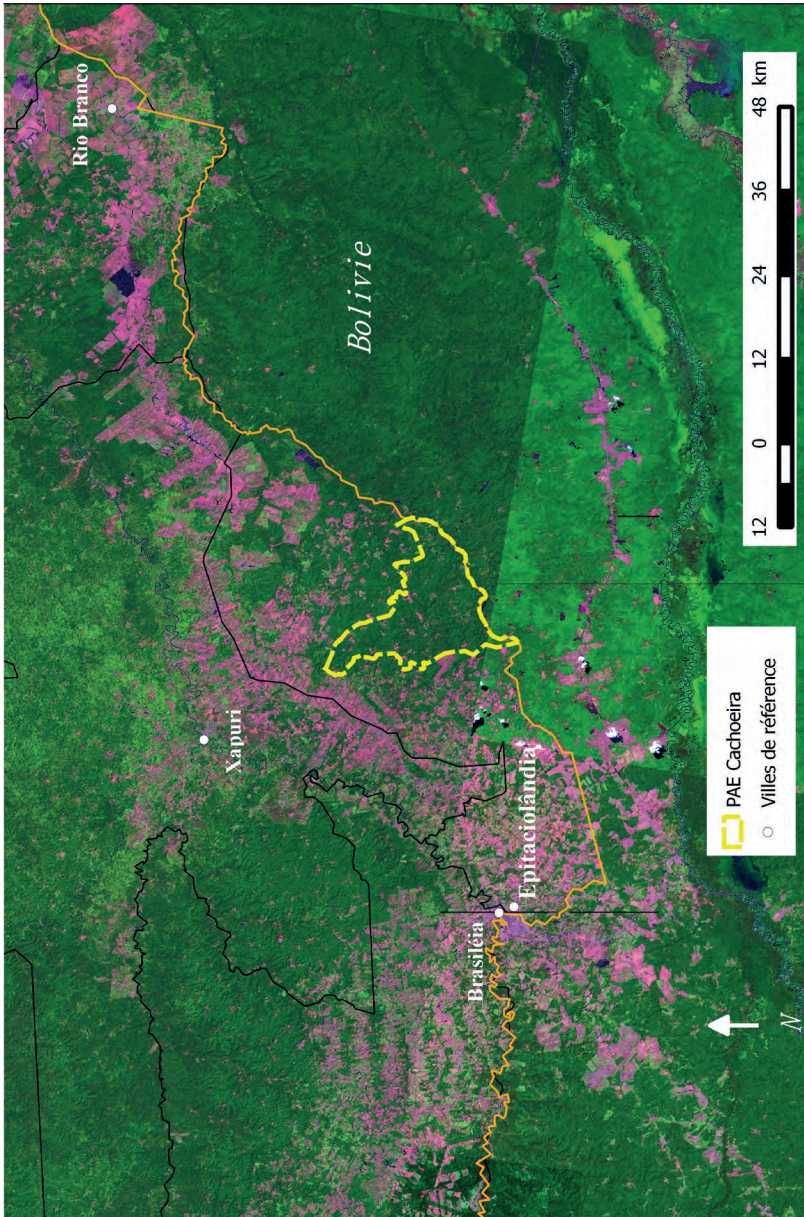


Figura 1: Contexto regional do PAE Chico Mendes.
Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

O PAE Cachoeira nasceu como uma experiência icônica de desenvolvimento sustentável, porque é a comunidade de origem do líder sindical e seringueiro Chico Mendes. Ciente de que a organização era a única maneira para os seringueiros de lutar contra à pressão dos fazendeiros que chegavam na região, este fundou nos anos 1980, em Xapuri, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e em seguida o Partido dos Trabalhadores (PT) do Acre, além de ter apoiado a formação de várias cooperativas extrativistas, como a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda (CAEX), em Xapuri. Essa luta lhe deu uma grande importância política, chegando a ser agraciado com o prêmio *United Nations Global 500*, em 1987. Mas no final do mesmo ano, o fazendeiro Darcy Alves, que almejava desmatar um lote que tinha comprado no seringal Cachoeira, mandou assassiná-lo. A indignação local, regional, nacional e internacional suscitada por esse assassinato levou o governo brasileiro a desapropriar, no ano seguinte, o seringal Cachoeira e criar, nessa propriedade, o “PAE Chico Mendes”, usando pela primeira vez a recém-criada figura de PAE projetado para melhorar o nível de vida das populações tradicionais e, ao mesmo tempo, preservar a riqueza ecológica das florestas³.

A história militante do seringal Cachoeira e a morte trágica de seu representante mais famoso, Chico Mendes, chamou atenção sem precedentes do governo brasileiro e de ONGs no local. Assim foi criado o projeto de Manejo Florestal iniciado pelo *World Wildlife Fund* ou Fundo Mundial para a Natureza (WWF), no final dos anos 90. O programa tem como objetivo oficial oferecer uma renda alternativa para os produtores que sofriam preços baixos para seus produtos florestais na época. O WWF financiou a primeira certificação do FSC do Brasil para as extrações “sustentáveis” da madeira do PAE, em 2002. Esse projeto atraiu o interesse original do projeto DURAMAZ como projeto

³ Após uma visão conservacionista ambiental que se opôs à presença humana para garantir as florestas em pé, uma aliança entre os movimentos indígenas, populações tradicionais como os seringueiros e os governos veio à tona nos anos 1980 e 1990. Ela privilegiou o usufruto coletivo das populações afetadas sobre os recursos como uma alternativa concreta para o desmatamento, especialmente através da utilização de Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNM). Foi essa visão que levou o governo brasileiro para formar o modelo de TI, RESEX e PAE.

piloto chamado de “desenvolvimento sustentável”, na Amazônia. Tal projeto foi em seguida ampliado com o apoio do governo do Acre. De fato, o ambiente político local tornou-se favorável ao PAE com a presença do PT no Governo do Estado do Acre, desde 1999. As políticas seguidas (chamadas “florestania” e depois “florestabilidade”) priorizaram a promoção de alternativas sustentáveis para manter as populações nas florestas e limitar o êxodo para a periferia das grandes cidades. No âmbito destas, entre outras ações, o projeto de manejo florestal comunitário foi ampliado, especialmente com a abertura de ramais de comunicação dentro do PAE que, por sua vez, possibilitaram a vinda da energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos.

Os moradores do PAE Cachoeira se definem, por ordem de ocorrência, como seringueiros, castanheiros e/ou agricultores/produtores. Orientam a sua economia extrativista em torno de dois períodos distintos de coleta durante o ano: o da seringa (o látex da árvore *Hevea brasiliensis*: 28 famílias sobre 70 entrevistadas) durante a estação seca (chamada localmente de verão, de maio a novembro) e da castanha-do-pará, geralmente chamada castanha (as frutas da árvore *Bertholletia excelsa*, 60/70), na estação chuvosa (chamado inverno, de dezembro a março). Ao longo do ano, quase todas as famílias cultivam arroz (*Oryza sativa*, 39/70), milho (*Zea mays*, 43/70), feijão (*Phaseolus vulgaris*, 32/70) e/ou mandioca (*Manihot esculenta*), nas suas roças, para o autoconsumo. Também os moradores caçam para comer (46/70 famílias) e é comum achar nas mesas paca (*Cuniculus paca*), porco queixado (*Tayassu pecari*), cervos (*Cervidae spp.*), tatu (*Tolypeutes matacus*), jacu (*Penelope ochrogaster*), inhambu (*Tinamus major*); e pescam bastante nos rios secundários e os igarapés do PAE para comer também (54/70 famílias): pacu (*Piaractus mesopotamicus*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), traíra (*Hoplias malabaricus*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), matrinxã (*Brycon cephalus*). Ao redor das caças, há criação de pequenos animais para consumo, tal como -frango (56/70) e porco (24/70), além das cabeças de gado (53/70) - única forma de capital das famílias.

Principais conclusões da fase 1 do projeto DURAMAZ sobre o PAE Cachoeira:

a) Em termos ambientais, a experiência era considerada como bem-sucedida, mas incerta. O PAE Cachoeira tinha uma taxa de desmatamento estimada em 10%, o limite autorizado no Plano de Utilização do PAE (contra 50 % na área contexto). Com o desejo de novas famílias jovens de se instalar, estava-se criando uma pressão demográfica sobre o território. O INCRA já dava, dificilmente, novos cartões de assentados, criando o fenômeno dos “agregados” que moram na colocação de seus pais. Além disso, o manejo florestal interrogava: se a madeira era extraída de acordo com regras específicas que deveriam garantir a sustentabilidade, a capacidade de manter tal atividade a longo prazo não parecia evidente;

b) Em termos socioeconômicos, os resultados de DURAMAZ 1 mostravam uma experiência bem-sucedida. A superposição de diferentes projetos de "desenvolvimento sustentável" (manejo florestal, projeto de látex natural com a empresa de preservativos Natex, criação de animais e peixes, etc.), o ambiente econômico favorável do mercado de castanha-do-pará e das políticas sociais, alavancadas a partir de 2003 e do primeiro governo Lula (pensões e Programa Bolsa Família), tinham aumentado dramaticamente o nível de vida do PAE Cachoeira, o que foi considerado como "um novo modelo de vida na floresta". O salário médio em 2008 correspondia a 1,68 salários mínimos e os jovens se beneficiaram de um bom acesso à educação dentro do PAE, até ao fim do ensino médio;

c) Em termos institucionais e políticos, o projeto DURAMAZ 1 observou, em primeiro lugar, os riscos associados a possíveis divergências entre as duas associações que representam os produtores e habitantes do PAE Cachoeira, e também ao fato de que os projetos de desenvolvimento sustentável tinham sido amplamente apoiados pelas autoridades públicas e ONGs. Assim, existia uma forma de dependência entre o PAE Cachoeira e seus doadores.

▪ Qual a configuração do sítio? Quais são os principais arranjos institucionais?

O território do PAE Cachoeira não mudou desde a primeira fase do projeto. A população do PAE aumentou ligeiramente de 104 famílias, em 2008,

à aproximadamente 115, em 2013. Das 11 famílias a mais, 9 são “agregadas” e sem cartão de assentamento do INCRA; e duas foram assentadas (o total dessas passou de 88, em 2008, para 90, em 2013). O PAE é gerenciado por duas associações representativas dos moradores. A Associação de Moradores e Produtores do Projeto Agroextrativista Chico Mendes (AMPPAE-CM) foi fundada em 1996 pelo Prefeito de Xapuri da época e por 19 seringueiros de 18 colocações do PAE. Esta reúne hoje 2/3 das famílias. A Associação Fé em Deus foi criada em 2002 por um dos fundadores da associação histórica e junta o resto dos moradores. Em 2013, o acesso viário continuava relativamente bom, apesar de que um terço das moradias ainda não ser alcançado pelos ramais. Os demais 2/3 das colocações têm acesso às estradas e, por consequência, à energia elétrica.

O PAE apresenta arranjos institucionais que podemos chamar de híbrido entre nível individual ou familiar e nível coletivo. A base da organização local é composta pelas colocações, que pertencem às famílias e onde essas praticam a agricultura, o extrativismo e, cada vez mais, a criação bovina. As famílias só têm o usufruto da terra. O conjunto das colocações é o PAE, que deve cumprir com as regras estabelecidas pelo seu estatuto, que foi redigido pelo INCRA em conjunto com os moradores. O PAE é gerado pelas associações locais. Assim, o estatuto fixa 10% como limites para o desmatamento dentro da sua área e as associações são encarregadas de fazer respeitar tal limite. Da mesma forma, há limites ao número de cabeças de gado por família. No entanto, nem sempre as associações conseguem impor esses limites: em 2008, uma colocação ultrapassava amplamente o número autorizado para cabeças de gado (desde então foi resolvido), por outro lado, o desmatamento total do PAE alcançou o limite de 10%, apesar de que a maioria das colocações se encontrava abaixo desse limite.

A repartição geográfica dos recursos extrativistas é desigual. Em especial, as castanheiras encontram-se concentradas ou dispersas, dependendo da colocação. As terras baixas do PAE, que chegam até a fronteira com a Bolívia, marcadas pelo igarapé Xipamano, são pobres em castanha, o que representa um diferencial de renda de vários milhares de reais em relação às áreas altas quando o preço da castanha é elevado, como atualmente.



Figura 2: Paisagem típica das colocações do PAE Cachoeira.
Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

▪ A (s) experiência(s) de desenvolvimento sustentável observada(s) durante o DURAMAZ 1 ainda são observáveis/funcionais? Teve apropriação por parte da população local?

As diferentes experiências de desenvolvimento sustentável, observadas em 2008, funcionam, mas estão em diferentes estágios de apropriação por parte da população local. A principal experiência apresentada como “desenvolvimento sustentável” é o manejo florestal. Esse projeto foi introduzido pela WWF numa modalidade certificada pelo FSC e depois estendido pelo governo estadual no projeto de manejo florestal comunitário. A compra de madeira certificada e o seu beneficiamento são gerados pela Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta). A Cooperfloresta é baseada na capital estadual Rio Branco e tem um local no PAE. Ambos os projetos investiram bastante no sítio: em recursos humanos para o projeto da WWF e em infraestrutura para o segundo que permitiu a abertura de 60 quilômetros de ramais dentro do PAE, tornando melhor o acesso às casas e energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos. No entanto, a integração das famílias continua sendo difícil. Em 2008, apenas 19 famílias (aproximadamente um quarto das famílias assentadas do PAE) afirmavam extrair e vender madeira e fazer parte do manejo sustentável. Em 2013, esse total baixou para 11 famílias.

Com a finalidade de manter e estimular a atividade emblemática do seringueiro, a coleta do látex, o governo brasileiro e o Ministério da Saúde, junto com o Governo do Acre e a Fundação de Tecnologia do Estado do

Acre (FUNTAC), investiram na construção de uma fábrica de preservativos masculinos em 2008, criando a empresa Natex. A matéria prima usada é o leite de seringa que é comprado a um preço fixo subsidiado pelo Governo de R\$ 7,8/kg⁴ de leite. Apesar desses esforços, o interesse local para tal produção caiu drasticamente. Em 2013, somente 28 famílias das 70 entrevistadas declaravam vender borracha contra 60/78, em 2008.

Em 2013, a castanha tinha um preço bastante elevado, de R\$ 18,00 a lata no mercado (ou seja, aproximadamente R\$ 1/kg)⁵. A cooperativa Cooperacre representava, em 2013, um terço das compras de castanha no PAE e os atravessadores os dois terços restantes da produção por conta das relações que têm com diversos produtores. Devido ao seu alto preço no mercado, a castanha-do-pará continua sendo o produto extrativista refúgio; 60/70 famílias declaram coletar castanha, em 2013, contra 70/78, em 2008.

Além das flutuações nas atividades extrativistas, as maiores mudanças no PAE Cachoeira dos últimos cinco anos vêm dos programas sociais do governo e são ligadas ao contexto político descrito acima. Nas palavras de uma liderança local: “Tudo que você vê aqui [estradas, casas, eletricidade] foi pelo PT”. O Programa Luz para Todos é o segundo projeto mais citado pelos entrevistados, em 2013, como projeto que mais mudou a comunidade nos últimos 10 anos (30/70 famílias). Depois vêm o Manejo Florestal (18/70) e os Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida (10/70 famílias respectivamente). Em nível individual, a pergunta “Na sua opinião, de quem depende o desenvolvimento sustentável?”, 102 indivíduos, dos 139 entrevistados, responderam “dos poderes públicos”, o que confirma a grande importância dos governos na vida do sítio.

⁴ Na realidade, esse montante deve ser dividido por dois para ter uma visão realista do preço do trabalho da seringa hoje no PAE Cachoeira. Com efeito, uma vez o leite recolhido, ele perde em média entre 40% e 60% da sua massa de água no prazo de 24 horas após a colheita. Por isso, é realmente a R\$ 3,9 seringueiro ganha por quilograma colhido floresta. Sabendo-se que a colheita seringueiro entre 20 e 25 quilogramas floresta leite por dia, é, em média, pago pelas horas de trabalho em torno de R\$ 80,00 que, ainda é relativamente alta no Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7872.htm>.

⁵ A castanha chegou até R\$ 5,00 a lata (menos de 30 centavos por quilograma), nos anos 2000. Uma colocação bem fornecida em castanheiras pode juntar várias centenas de latas na sua coleta anual.

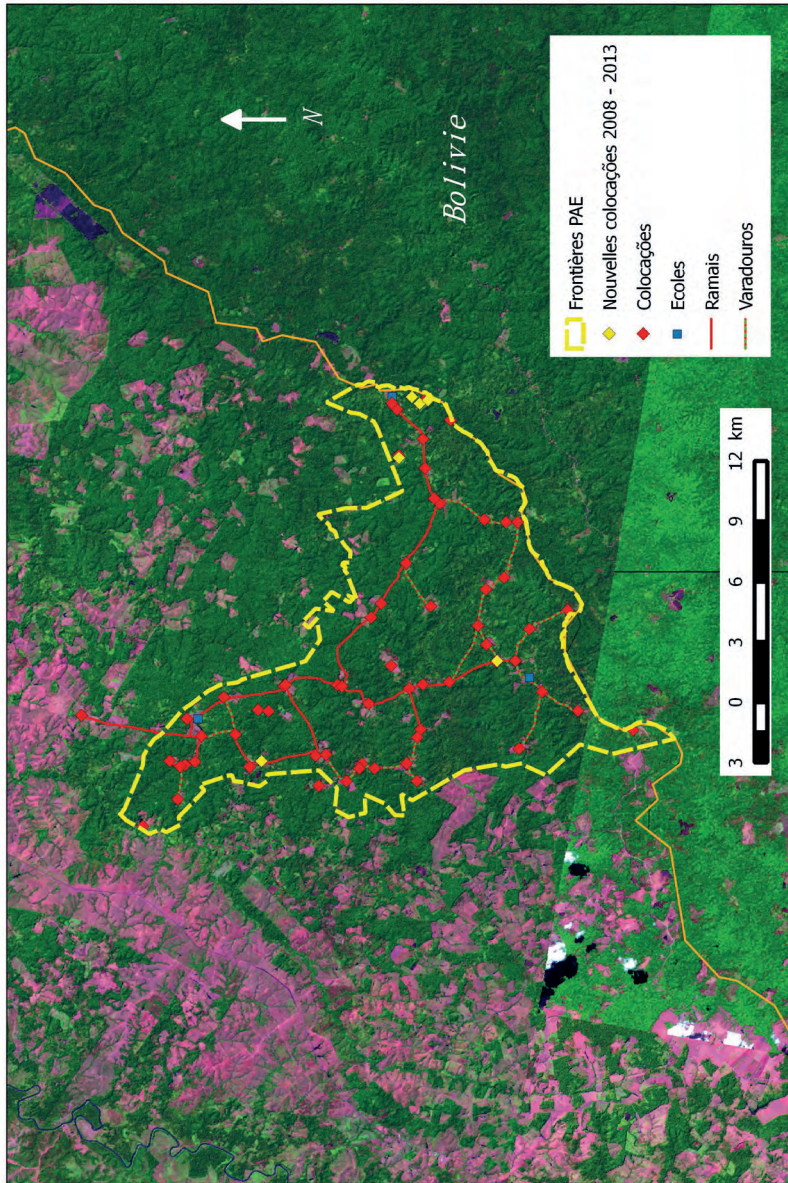


Figura 3: Configuração do PAE Chico Mendes, 2013.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

No PAE Cachoeira em 2013, 58 das 70 famílias não recebiam “salário regular”. Portanto, a maioria das pessoas tira sua renda do agroextrativismo, isto é, das coletas (principalmente da castanha-do-pará, mas também do látex), de alguns produtos agrícolas (há transformação de frutas, açaí, café, melasse e leite em algumas colocações) e da criação bovina. A renda média do PAE Cachoeira era de 1,79 salários mínimos em 2013, ou seja, R\$ 1.314,00. As diferenças sociais existem no PAE, mas ainda são pouco expressivas: metade dos entrevistados ganha entre um e dois salários mínimos e um terço deles entre dois e quatro. Só 7% das famílias ganham quatro salários mínimos ou mais, enquanto 13% ganham menos de um.

Síntese das informações

- Comparação com DURAMAZ 1
- Quais são as mudanças no aspecto do sítio (meio ambiente, condições de vida) desde o DURAMAZ 1?

Em relação ao meio ambiente, o PAE Chico Mendes viu somente mudanças marginais. No contexto geral de diminuição do desmatamento na Amazônia, a cobertura florestal (contando a regeneração) aumentou de 92% a 95%, talvez por causa de uma baixa da atividade agrícola, em especial da abertura de novas roças. Tal estabilidade reflete-se na prática da caça e da pesca, pois 72% dos entrevistados acreditam que a distância para caçar e pescar desde sua casa é a mesma de antes, o que demonstra que o meio se manteve no mesmo patamar. No entanto, registra-se uma pressão demográfica maior. Porém, a taxa de desmatamento atingiu os 10% do PAE (ou seja, 2500 hectares), o limite permitido no plano de uso do PAE. Portanto, os produtores do PAE não podem abrir mais áreas de floresta para fazer suas roças.

Atividade	Renda					Famílias envolvidas		Renda média por família envolvida
	Valor líquido	% renda total	Mínimo	Máximo	Número	% famílias totais		
Agroextrativismo	Látex	R\$ 38.830,00	8%	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00	28	39%	R\$ 1.493,00
	Castanha	R\$ 256.400,00	53%	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00	60	83%	R\$ 4.273,00
	Madeira	R\$ 63.500,00	13%	R\$ 500,00	R\$ 15.500,00	11	15%	R\$ 5.773,00
	Gado	R\$ 88.080,00	18%	R\$ 100,00	R\$ 15.000,00	29	41%	R\$ 3.037,00
	Salários	R\$ 13.094,00	3%	R\$ 648,00	R\$ 2.000,00	13	18%	R\$ 1.007,00
Outras	Pensões e benefícios sociais	R\$ 25.069,00	5%	R\$ 60,00	R\$ 1.356,00	50	69%	R\$ 501,00
	TOTAL	R\$ 484.973,00	100%	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA

Tabela 1: Composição da Renda no PAE Cachoeira.
Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

O PAE Cachoeira registrou uma evolução positiva do padrão de vida ao longo dos últimos cinco anos. 54% dos entrevistados respondem que a renda deles melhorou e um terço que ela permaneceu igual. A energia elétrica, que só ficava disponível em 46,8% das 78 famílias entrevistadas em 2008, chega aos dois terços das 70 famílias que foram entrevistadas durante o nosso trabalho de campo, ou seja, 48 famílias. A maioria das famílias tem a eletricidade e um acesso razoável ao transporte com a abertura dos ramais. Se 80% das famílias não tratava a sua água em 2008, hoje 47 famílias fazem-no com cloro, ou seja, dois terços. As melhorias nas condições de vida são espelhadas pelos aumentos que foram registrados nos bens de consumo: em 2013, 44/70 famílias tinham geladeira (contra 28/78, em 2008), 51 televisores (contra 29), 45 celulares (contra 8), e 36 *Digital Video Disc* (DVD) (contra 7). Tal aumento dos bens de consumo reflete uma maior integração do PAE Cachoeira nos circuitos financeiros: em 2013, 42 famílias fizeram crédito no banco contra 24 famílias, em 2008.

No âmbito político o PAE Cachoeira foi um carro-chefe do Partido dos Trabalhadores (PT) na região e ele permanece uma vitrine da sustentabilidade. O projeto que cristaliza a maioria dos debates e controvérsias é o projeto de manejo florestal, pois traz ao PAE um problema ético: como a comunidade de origem de um dos mais famosos ecologistas do Brasil, assassinado por defender a floresta em pé, poderia agora basear a sua economia num projeto que extrai madeira? Será essa contradição que explique a fraca taxa de adesão ao manejo florestal no ano 2013? Tal fato parece estranho pois a atividade de manejo pode ser rentável. A renda média por família é de R\$ 5.773,00 para o manejo florestal e R\$ 4.273,00 para a castanha. Mas em termos de renda ou receita total⁶ a castanha injetou R\$ 256.400,00, no local, contra R\$ 63.500,00 para a madeira.

- Quais são os atores institucionais presentes no sítio hoje? Quais foram as mudanças em relação ao DURAMAZ 1? Quais são as suas relações mutuais? Qual é o papel respectivo dos setores públicos, privados e das ONG?

⁶ Somando as rendas por produto estudado de todas as famílias.

Há três tipos de atores no PAE Cachoeira. Em primeiro lugar, as associações da sociedade civil. Contam nessas, as duas associações que representam os habitantes e os produtores agroextrativistas: a AMPPAE - CM, fundada em 1996 e a Associação Fé em Deus, fundada em 2002. Em seguida, há uma série de atores governamentais: o INCRA (dono da terra e responsável pelo PAE) e o Centro de Integração e Apoio (CIGA) para uma assistência técnica agrícola. Depois vêm dois atores políticos e sociais: o PT e o STR. Finalmente, desde os anos 2000, aparece um novo tipo de atores, que chamamos de “híbridos”. Eles são o fruto de parcerias entre o setor privado empresarial, o setor público-governamental e o setor civil-não governamental. Essas organizações trabalham principalmente no âmbito da criação de cadeias de valor dos produtos florestais: a Cooperfloresta, para o manejo florestal; a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), para açaí e castanha; e a Natex, para o látex natural. Desde a fase 1 do projeto DURAMAZ, e de maneira mais ampla desde os anos 2000, dois fenômenos aparecem: a perda de poder das organizações sociais históricas sindicais como a STR e, em menor medida, o PT, que se traduz no aumento do poder das associações e das organizações híbridas. Podemos citar aqui a frase de uma liderança local que resume bem a situação: “Primeiro tínhamos o sindicato. Depois virou cooperativa, daí ficou associação”.

▪ Síntese e análise das informações DURAMAZ 2

- Quais conclusões principais sobre a questão dos jovens no site considerado?

A situação da população local mudou a um ritmo inédito com a chegada da “escola do povo”, pouco depois da criação do PAE. Como aconteceu em muitas partes da Amazônia, em uma só geração as filhas e filhos passaram a ter uma formação escolar completa até o ensino médio. Aquilo responde a uma forte demanda local. Assim, a grande maioria dos entrevistados acham que o melhor futuro para seus filhos é “educação”.

A pergunta é de saber o que irão fazer a seguir: permanecer na floresta, optar por empregos correspondentes à sua qualificação na cidade ou buscar mais formação, por exemplo, na universidade? Parte da resposta reside na réplica do filho de um líder do PAE a respeito de saber se havia um futuro para

ele no local: “Eu prefiro aqui em relação à cidade. Eu tenho meus amigos, o ar é puro, a floresta é boa. Mas só ficarei se colocarem os meios”. Ou seja, é possível evitar a migração maciça para a cidade, mas tal propósito tem um preço. De onde viria o financiamento? Os sistemas de pagamento para serviços ambientais poderiam oferecer uma solução, mas a sua sustentabilidade no quadro atual não é garantida. Não obstante a questão da fonte de renda, a relação dos habitantes do PAE com a sua terra permanece forte. 65% dos entrevistados acham que no PAE tem terra para seus filhos e um 67% acham que tem futuro para eles no local.

- Quais as principais conclusões sobre as relações com a cidade no sítio estudado?

Mais de 80% dos indivíduos entrevistados frequentam a cidade pelo menos uma vez por mês e quase um terço, pelo menos, uma vez por semana ou mais. O tempo médio de permanência na cidade é de dois dias. Um terço vai de moto, quase 40% de transporte comunitário (considerando o caminhão de feira). Uma vez na cidade, 45% dos indivíduos estão alojados em casas de parentes. Fazer as compras é o primeiro objetivo da mobilidade urbana, em seguida estão os cuidados relacionados à saúde e, finalmente, os laços familiares e receber os benefícios sociais. Receber os benefícios sociais não é a primeira razão de deslocamento na cidade, como é o caso nos outros sítios pesquisados pelo projeto DURAMAZ, o que parece confirmar a importância da renda agroextrativista no PAE. Ela representa 80% da renda total e é percebida diretamente no local. Mas podemos concluir que as relações do PAE Cachoeira com a cidade de Xapuri são fortes e que esta presta serviços vitais.

As idas e voltas semanais para a cidade são o resultado da ascensão conjunta de dois fenômenos nos últimos cinco anos: a explosão dos veículos individuais (52 indivíduos possuem hoje em dia motocicletas, contra apenas duas pessoas, em 2008) e a melhoria do acesso viário que alcança quase 80% do PAE Cachoeira. De motocicleta demora aproximadamente 40 minutos

(dependendo de onde se mora no PAE) para ir até Xapuri ou Epitaciolândia. Há uma geração atrás, ou seja, nos anos 1980, demorava dois dias.

Pode-se questionar em que medida a maior facilidade das relações com a cidade pode fortalecer o PAE ou, ao contrário, enfraquecê-lo. Durante o trabalho de campo, foram detectados dois casos em que as colocações só serviam de casa de campo enquanto os moradores tinham-se mudado para a cidade. Por enquanto, tais casos são exceções, mas um eventual aumento poderia mudar bastante os equilíbrios no PAE.

- Quais as principais conclusões sobre as percepções pelas populações locais das questões ligadas ao clima?

40% das famílias relataram que a qualidade do meio ambiente se deteriorou. O meio ambiente é considerado como a variável que, junto com a renda, a saúde, a organização comunitária e o nível de vida têm melhorado pouco nos últimos cinco anos. A nível individual, quase 70% dos entrevistados afirmam que a temporalidade da estação chuvosa e da estação seca mudou nos últimos anos. Quase metade deles afirma que o clima é mais imprevisível desde a grande seca de 2000. Além disso, quase 60% das pessoas dizem que a água sobe mais rapidamente na estação chuvosa e desce mais rapidamente também na estação seca, ou seja, os eventos ambientais parecem ter adquirido uma intensidade maior. O desmatamento é dado como razão principal para explicar essas mudanças climáticas na metade das respostas.

- Quais são as percepções locais das populações em quanto a suas condições de vida e de sua evolução nos últimos cinco anos?

A percepção das populações do PAE Cachoeira em relação às suas condições de vida e sua evolução ao longo dos últimos cinco anos é globalmente positiva. Das cinco perguntas constando no questionário DURAMAZ, três respostas apontaram para melhorias: a renda familiar (quase 80% das famílias), condições de vida (72%) e saúde (55%). De fato, há vários

motivos que explicam tal otimismo. A melhoria das estradas e dos ramais, que proveram melhor acesso aos bens e serviços da cidade, o Programa Luz para Todos, as políticas sociais do Governo, o alto preço da castanha e a melhora dos transportes escolares fazem com que a grande maioria dos entrevistados (55/70) considere que a sua renda e suas condições de vida melhoraram. A percepção sobre a evolução das condições de saúde no PAE Cachoeira é menos favorável: somente um 55% acha que melhorou. De fato, o único posto de saúde do PAE fechou em 2011, mas hoje os habitantes do PAE Cachoeira têm melhor acesso aos cuidados de saúde nos hospitais.

A avaliação das relações dentro da comunidade é mais ambígua: para 40% das famílias melhorou, mas 50% acham que ficou igual. Finalmente, é o clima a variável que as pessoas perceberam como tendo-se mais deteriorado nos últimos cinco anos (30% acham que melhorou, outros 30% acham que ficou igual e 40% acham que piorou).

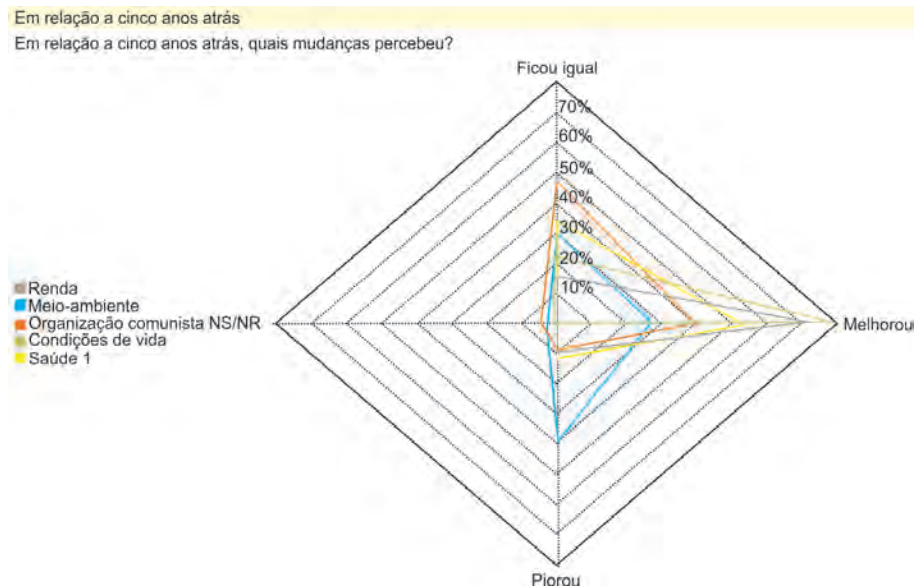


Gráfico 1: Percepção das Mudanças 2008-2013.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

Arranjos institucionais híbridos entre decisões individuais e organização coletiva

O PAE Cachoeira é um território onde a questão das fronteiras entre direitos individuais ou particulares e direitos coletivos ou comuns é particularmente interessante. As unidades básicas são a família, do ponto de vista social, e as colocações, do ponto de vista territorial, legados dos tempos do seringal. Mas a organização e a dinâmica do PAE são coletivas, fundamentadas nas associações do ponto de vista social e no PAE como um todo indivisível do ponto de vista territorial. O modelo de gestão adotado na criação do PAE assemelha-se aos chamados de territórios de recursos comuns (*common pool resources*), onde as entidades representativas dos habitantes garantem o respeito às regras estabelecidas coletivamente. Assistimos a uma tendência até a proibição de fazer roça (atividade familiar e comunitária), tendo em vista que o PAE chegou tecnicamente a seu nível máximo de desmatamento autorizado coletivamente (10% da superfície da área total do sítio).

Os recursos economicamente úteis enquadram-se nas colocações, ou seja, são de uso particular das famílias. Há diferenças entre as áreas em função da abundância ou da escassez de castanha, que é o produto mais rentável atualmente. A seringa parece melhor distribuída no território, embora não gere muita renda. A adoção da pecuária bovina é uma decisão que é feita também no nível das famílias, mesmo que tenha regras gerais (máximo de 30 cabeças), às vezes ultrapassadas.

Um terço da castanha produzida é vendida para a cooperativa. Ao mesmo tempo, quase todos os castanheiros estão organizados individualmente para venda aos atravessadores. Essas duas cadeias de valor não se excluem nem se incompatibilizam entre si. A venda para o atravessador pode ser vista como um mal menor. Em caso de queda do preço da castanha, como nos anos 1990, quando as cooperativas enfrentaram muitas dificuldades, o atravessador é o último agente de quem se tem certeza que comprará a produção - mesmo que por um preço baixo. No entanto, os preços oferecidos pela cooperativa são mais rentáveis.

A castanha, o manejo e o látex representam 74% da renda total. O gado aumenta o resto com 18 pontos adicionais de renda. Então, a grande maioria da renda do sítio vem de atividades agro-gado-extrativistas, e apenas 8% de salários, pensões e benefícios sociais. No final e na média *per capita*, um salário mínimo inferior de 15 pontos ao salário mínimo no Brasil (ou seja R\$ 6.928,00).

De qualquer forma, seja no extrativismo da castanha ou na exploração da madeira, o que se vê no PAE Chico Mendes é um sistema híbrido e adaptável, até porque esse extrativismo gerador de renda é a superestrutura de uma infra base agrícola sólida. Esta última se manifesta nas mesas do povo cachoeirinho. As famílias cultivam quase quatro produtos diferentes e criam dois tipos de animais. Tais atividades não geram necessariamente renda, mas garantem a alimentação das famílias ao longo do ano. Satisfazendo isto, gera tempo para as castanheiras, agricultoras e produtoras, produtores, seringueiros, criadores e madeireiros manejados focarem em outras atividades e os jovens irem à escola. Do outro lado, o extrativismo apoia-se, por um lado em cooperativas e por outro lado nesses atores tradicionais, que desempenham funções de familiaridade, de comunidade, e que no final das contas tem uma confiabilidade que as cooperativas não conseguiam igualar no ano 2013. Apesar dessa fraqueza em termos meramente econômicos, e não sendo isento de problemas pessoais, sociais, coletivos ou políticos, o PAE Chico Mendes apresenta uma verdadeira sustentabilidade sócio ecológica. Se as mulheres e homens continuarem cuidando da castanha-do-pará, não há razão para a rainha da floresta não ficar em pé e produtiva durante os futuros séculos, sustentando com seus frutos a sociedade local.

PAE Chico Mendes		
Área		
Região	Sul do Estado do Acre	
Estatuto legal	Projeto agroextrativista (PAE)	
Vegetação	Floresta mesófila	
Acesso	Estrada BR-364 + ramais	
Comunidade estudada	PAE Chico Mendes	
Atividades econômicas principais	Extrativismo (borracha, castanha-do-pará, madeira)	
Aposta de sustentabilidade	Extrativismo e manejo florestal	
Equipe de campo	Bastien Beaufort, Miguel Dhenin e Abias Ferreira de Nascimento	
<i>Características do sítio</i>		
	DURAMAZ 1	DURAMAZ 2
Área desmatada	9.7 %	10.2 %
Moradias pesquisadas	76	70
Número médio de filho por família	1,49	3.32
<i>Condições de vida</i>		
Acesso à rede elétrica 24hs	46.8 %	66 %
Acesso à água encanada/tratada	0 %	10 %
Custo médio para ir à cidade (R\$ ida e volta)	30	25
<i>Renda e nível de vida</i>		
Renda média (salários mínimos)	1.6	1.79
Pessoas com meio de transporte motorizado	33.4 %	85.7 %
Pessoas com telefone celular	10.4 %	62.9 %
<i>Modo de vida</i>		
Pessoas que costumam caçar	97.1 %	61.4 %
Pessoas que costumam pescar	37.1 %	77.1 %

Tabela 2: Síntese dos indicadores para o sítio PAE Chico Mendes.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

Esse trabalho é dedicado a Sebastião “Tião” Mendes, homem-chave para o sucesso da pesquisa.